

Homologo,



Universidade do Minho

Escola de Medicina

**REGULAMENTO DO CONSELHO PEDAGÓGICO
DA ESCOLA DE MEDICINA**

Artigo 1º

Objeto

1. O presente regulamento disciplina o funcionamento do Conselho Pedagógico da Escola de Medicina da Universidade do Minho, doravante designado Conselho Pedagógico.
2. O Conselho Pedagógico é o órgão que define e superintende a política pedagógica da Escola, de acordo com os Estatutos da Escola de Medicina e com os Estatutos da Universidade do Minho.

Artigo 2º

Competências

1. São competências do Conselho Pedagógico as descritas no art.º 33.º dos Estatutos da Escola de Medicina, nos Estatutos da Universidade do Minho e no Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior, nomeadamente:
 - a) Pronunciar-se sobre as orientações pedagógicas e os métodos de ensino e de avaliação;
 - b) Promover a realização de inquéritos regulares ao desempenho pedagógico da Escola e a sua análise e divulgação;
 - c) Promover a realização da avaliação do desempenho pedagógico dos docentes, por estes e pelos estudantes, e a sua análise e divulgação;
 - d) Garantir mecanismos regulares de autoavaliação dos projetos de ensino;
 - e) Apreciar as queixas relativas a falhas pedagógicas e propor as providências necessárias;
 - f) Aprovar o regulamento de avaliação do aproveitamento dos estudantes;
 - a) Pronunciar -se sobre o regime de prescrições;
 - b) Pronunciar-se sobre a criação de ciclos de estudos e sobre os planos dos ciclos de estudos da Escola;
 - c) Pronunciar-se sobre a instituição de prémios escolares;
 - d) Assegurar a gestão corrente dos assuntos comuns aos ciclos de estudos, designadamente no que concerne ao calendário letivo e ao calendário de avaliação;
 - e) Propor a afetação de recursos para um correto funcionamento dos ciclos de estudos da Escola;
 - f) Aprovar as equivalências de unidades curriculares e de planos de estudos, segundo as normas e critérios fixados pelo senado académico;
 - g) Moderar e arbitrar os conflitos que venham a ocorrer no funcionamento dos ciclos de estudos da Escola;
 - h) Nomear os professores a integrar a Comissão do Curso de Medicina com Mestrado Integrado;
 - i) Desempenhar as demais funções previstas na lei e nos Estatutos da Escola de Medicina e da Universidade do Minho.
2. Os representantes dos estudantes no Conselho Pedagógico elegem, por voto secreto, o seu representante para o Senado Académico da Universidade do Minho, em assembleia expressamente convocada para o efeito pelo presidente do Conselho Pedagógico;
 3. O Conselho Pedagógico pode delegar no seu presidente as competências que entenda adequadas ao seu bom funcionamento.

Artigo 3º

Composição

1. O Conselho Pedagógico é composto paritariamente por elementos dos corpos docente e discente
2. O Conselho Pedagógico é composto por dezasseis membros, assim distribuídos:
 - a) O presidente, que deverá ser um vice-presidente da Escola;
 - b) O diretor do curso de medicina com mestrado integrado e um representante dos diretores dos restantes programas dos 2.º e 3.º ciclos promovidos pela Escola;
 - c) Quatro representantes dos coordenadores de áreas científicas da Escola;
 - d) O coordenador da unidade de educação médica;

- e) Seis representantes dos estudantes do curso de medicina com mestrado integrado;
 - f) Dois representantes dos estudantes dos restantes programas dos 2.º e 3.º ciclos da Escola.
3. A eleição dos membros do Conselho Pedagógico obedece ao disposto no regulamento eleitoral da Escola.

Artigo 4º

Presidente

1. A presidência do Conselho Pedagógico é exercida por um vice-presidente da Escola.
2. Compete ao presidente do Conselho Pedagógico:
 - a) Representar o Conselho Pedagógico nos órgãos da Escola e da Universidade ou no exterior;
 - b) Convocar e dirigir as reuniões do Conselho Pedagógico, assinar conjuntamente com o secretário da reunião as respetivas atas, aceitar as justificações de faltas às reuniões e exercer o voto de qualidade, exceto nas votações que se efetuam por escrutínio secreto;
 - c) Pôr à discussão e votação as propostas e requerimentos apresentados;
 - d) Executar as deliberações tomadas pelo Conselho Pedagógico, assegurando o respetivo expediente ou os atos administrativos que delas decorram, dando a conhecer ao Conselho Pedagógico o seu andamento;
 - e) Classificar como “Reservado” assuntos e documentos por ele apresentados ao Conselho Pedagógico;
 - f) Declarar a existência de vacaturas no Conselho Pedagógico e proceder às substituições nos termos da lei e do presente regulamento;
 - g) Verificar a existência de conflitos de interesse, incompatibilidades e impedimentos dos membros do órgão;
 - h) Propor a constituição e nomear os membros de comissões e grupos de trabalho que venham a ser criados, podendo estes, sempre que se justifique, integrar docentes e estudantes que não sejam membros do Conselho Pedagógico;
 - i) Convidar personalidades para participarem nas reuniões do Conselho Pedagógico, sem direito a voto;
 - j) Exercer todas as demais competências que por lei, pelos Estatutos da Universidade do Minho ou pelos Estatutos da Escola de Medicina lhe forem conferidas;
 - k) Exercer as demais competências que lhe sejam delegadas.
3. O presidente pode delegar nos diretores de curso, nos coordenadores das áreas científicas da Escola ou no coordenador da unidade de educação médica as competências que se revelarem necessárias a uma gestão mais eficiente e descentralizada.
4. O presidente pode, ainda, suspender ou encerrar antecipadamente as reuniões, quando circunstâncias excecionais o justificarem, mediante decisão fundamentada, a incluir na ata da reunião.
5. Nas ausências e impedimentos temporários do presidente, as suas funções serão desempenhadas por outro vice-presidente por ele designado.

Artigo 5º

Secretário

1. As reuniões são secretariadas pelo coordenador da unidade de educação médica.
2. Compete ao secretário coadjuvar o presidente no exercício das suas funções e no expediente da reunião, designadamente:
 - a) Proceder ao registo das presenças nas reuniões, verificar a existência de quórum e registar as votações;
 - b) Organizar a documentação e outra informação relevante às matérias a submeter a votação;
 - c) Registar as inscrições dos membros que pretendam usar da palavra;
 - d) Servir de escrutinador em caso de votações;
 - e) Elaborar as atas das reuniões.
3. Nas ausências e impedimentos do secretário, as suas funções serão desempenhadas por um vogal eleito de entre os seus vogais.

Artigo 6º

Membros

1. Os membros do Conselho Pedagógico têm o direito de:
 - a) Ter acesso às convocatórias com, pelo menos, 48 horas de antecedência, contendo a ordem de trabalhos das reuniões, disponibilizada por via eletrónica, e à documentação referente aos temas agendados, disponibilizada preferencialmente por via eletrónica ou para consulta em local próprio;
 - b) Participar nas reuniões, intervindo nas discussões e votações, salvaguardadas as situações de impedimento legal ou funcional;
 - c) Apresentar pedidos de esclarecimento, propostas ou contrapropostas e declarações de voto;
 - d) Exercer o direito de voto;
 - e) Propor alterações ao regulamento;
 - f) Ter acesso a toda a documentação e outra informação disponível e considerada relevante ao exercício da respetiva função, disponibilizada por via eletrónica ou para consulta em local próprio;
 - g) Propor agendamentos de assuntos na ordem de trabalhos das reuniões, através de pedido para o efeito a realizar por escrito junto do presidente do Conselho Pedagógico, com uma antecedência mínima de cinco dias úteis em relação à data da reunião;
 - h) Exercer as demais funções inerentes à condição de membro.
2. São especiais deveres dos membros do Conselho Pedagógico:
 - a) Cumprir o presente regulamento;
 - b) Comparecer e participar nas reuniões e nas outras atividades do órgão para que foram designados, indicando e justificando a razão da sua eventual ausência;
 - c) Desempenhar as funções de que o Conselho Pedagógico os incumba no respetivo âmbito;
 - d) Manter sob reserva assuntos classificados pelo Conselho Pedagógico ou pelo seu presidente como "Reservado".
3. O dever de comparecer às reuniões, por parte dos membros do Conselho Pedagógico, prevalece sobre quaisquer outros deveres funcionais, com exceção de:
 - a) Exames, no caso dos estudantes;
 - b) Participação em júris de concursos, provas académicas, exames e deslocações em serviço devidamente autorizadas, no caso dos docentes.
4. As faltas devem ser comunicadas por escrito ao presidente, com a respetiva justificação, até ao início da reunião a que respeitem, ou, não sendo possível, justificadas nos cinco dias imediatos ao termo do impedimento.

Artigo 7º

Mandatos

1. O mandato dos membros eleitos é de dois anos, no caso dos docentes, e de um ano, no caso dos estudantes.
2. Nenhum dos membros do Conselho Pedagógico pode ser destituído, salvo pelo próprio Conselho Pedagógico que, em caso de falta grave, após ouvir o membro em falta, pode deliberar por maioria qualificada de dois terços dos seus membros, a sua suspensão ou destituição.
3. Os membros do Conselho Pedagógico cessam o seu mandato por renúncia, perda ou suspensão nos termos do presente regulamento, sem prejuízo do disposto no número 2 do presente artigo.
4. Em caso de vacatura ou cessação de mandato de um membro eleito, a substituição é assegurada por um novo membro, nos termos do regulamento eleitoral da Escola e do presente regulamento.
5. Em caso de vacatura do cargo de qualquer membro, o novo membro completa o mandato do substituído, exceto nas situações previstas no artigo 10º do presente regulamento, em que a substituição será apenas enquanto durar a suspensão que deu origem à vacatur

Artigo 8º

Incompatibilidades

Os membros do Conselho Pedagógico que se encontrem numa das situações de incompatibilidade previstas na lei ou nos Estatutos da Universidade do Minho, suspendem imediatamente o seu mandato até que cesse a situação de incompatibilidade, sendo substituídos nos termos previstos na lei e no presente regulamento.

Artigo 9º

Renúncia e perda de mandato

1. Os vogais do Conselho Pedagógico podem renunciar ao exercício do respetivo mandato, através de comunicação fundamentada dirigida ao presidente do órgão e que será divulgada na reunião seguinte, tornando-se efetiva a partir desta data.
2. O presidente do Conselho Pedagógico deve declarar perdido o mandato dos vogais deste órgão que faltem, sem causa justificada de acordo com o ponto 4 do artigo 6º do presente regulamento, a duas reuniões ordinárias consecutivas ou três intercaladas.
3. Perdem também de imediato o mandato os membros do Conselho Pedagógico que deixem de pertencer ao corpo que representam ou que deixem de estar vinculados à Escola de Medicina.
4. Em caso de renúncia ou perda de mandato, o Conselho Pedagógico declara a abertura de vacatura e determina o seu preenchimento nos termos do número seguinte.
5. No caso dos membros eleitos, o preenchimento da vacatura opera-se através da nomeação para o lugar vago do primeiro candidato que se seguir na ordem de precedência da respetiva lista, que completará o mandato do membro cessante.

Artigo 10º

Suspensão de mandato

1. Quando se verifique causa de impedimento, legalmente prevista, em relação a qualquer membro do Conselho Pedagógico, deve o mesmo comunicar desde logo o facto ao presidente, suspendendo a sua atividade no órgão, assim que faça essa comunicação, ou que tenha conhecimento de que outrem requereu a declaração de impedimento, e até decisão do presidente.
2. Em caso de impedimento continuado de membros do Conselho Pedagógico, por período igual ou superior a um ano, o presidente promove a respetiva substituição temporária, no decurso do mandato, seguindo-se o procedimento previsto no presente regulamento.
3. Nas situações de impedimento permanente de membros do Conselho Pedagógico, considerando-se como tal aquele que previsivelmente perdure até ao limite máximo do mandato, o Conselho Pedagógico delibera sobre o assunto, e sendo o caso, declara a abertura da vaga e determina o seu preenchimento nos termos previstos no número 7.
4. Os membros do Conselho Pedagógico também podem requerer fundamentadamente a suspensão do respetivo mandato, por prazo não inferior a um mês nem superior a um ano, em consequência de motivo relevante previsto legalmente ou de outras situações ponderosas, sendo substituídos nos termos previstos na lei e nos números seguintes do presente artigo.
5. Para efeitos do número anterior, o requerimento de suspensão do mandato deverá ser efetuado através de comunicação fundamentada dirigida ao presidente do órgão, que será divulgada na reunião seguinte, tornando-se efetiva a partir desta data.
6. Em caso de suspensão de mandato, se a duração previsível da suspensão for inferior à duração máxima restante do mandato, o membro do Conselho Pedagógico será substituído de modo transitório, enquanto durar a suspensão, nos termos do presente artigo.
7. Caso a suspensão de mandato tenha uma duração previsível superior à duração máxima restante do mandato, o Conselho Pedagógico declara a abertura da vaga e determina o seu preenchimento através da nomeação para o lugar vago do primeiro candidato que se seguir na ordem de precedência da respetiva lista dos resultados eleitorais, que completará o mandato do membro cessante.

Artigo 11º

Conflito de interesses

Qualquer membro do Conselho Pedagógico que tenha um conflito de interesses, direto ou indireto, relativamente a alguma matéria em discussão, deve declará-lo até ao início da reunião em que tal assunto seja agendado, não estando presente no momento da sua discussão nem da votação.

Artigo 12º

Funcionamento

1. O Conselho Pedagógico reúne ordinariamente a cada 3 meses e extraordinariamente sempre que for convocado pelo presidente, por sua iniciativa, ou por solicitação escrita de, pelo menos, um terço dos seus membros.
2. O Conselho Pedagógico só pode deliberar quando esteja presente a maioria dos membros com direito a voto.
3. Não se verificando na primeira convocatória o quórum previsto no número anterior, é convocada nova reunião, com o intervalo de, pelo menos, 24 horas, prevendo-se nessa convocatória que o órgão delibere desde que esteja presente um terço dos seus membros com direito a voto.
4. As votações são nominais, podendo ser por escrutínio secreto sempre que a lei o determine, nos termos do número 6 do presente artigo ou quando, a pedido de um dos seus membros, o Conselho Pedagógico o aprove com maioria absoluta.
5. Os membros do Conselho Pedagógico têm o direito a produzir, no final de cada votação nominal, uma declaração de voto, esclarecendo o sentido da sua votação.
6. A votação por escrutínio secreto é obrigatória quando esteja em causa a apreciação do comportamento ou das qualidades de uma pessoa.
7. Quando exigida, a fundamentação das deliberações tomadas por escrutínio secreto é feita pelo presidente após a votação, tendo presente a discussão que a tiver precedido.
8. As decisões do Conselho Pedagógico são tomadas por maioria absoluta de votos de membros presentes, salvo nos casos em que, por disposição legal, ou nas situações previstas no presente regulamento, se exija maioria qualificada, ou seja suficiente maioria relativa.
9. Requerem maioria qualificada de dois terços as decisões do Conselho Pedagógico nos seguintes casos:
 - a) Suspensão ou destituição do presidente do Conselho Pedagógico;
 - b) Aprovação do regulamento de avaliação do aproveitamento dos estudantes;
 - c) Alterações ao regulamento.
10. As abstenções não contam para o apuramento da maioria.
11. Em caso de empate na votação, o presidente tem voto de qualidade, salvo se a votação se tiver efetuado por escrutínio secreto.
12. Havendo empate em votação por escrutínio secreto, proceder-se-á imediatamente a nova votação e, se o empate se mantiver, adiar-se-á a deliberação para a reunião seguinte; se na primeira votação dessa reunião se mantiver o empate, proceder-se-á a votação nominal, na qual a maioria relativa é suficiente.
13. A convocatória de cada reunião é definida pelo presidente e deve ser enviada por via eletrónica a todos os membros com a antecedência de, pelo menos, 48 horas sobre a reunião.
14. O presidente deve ainda incluir na convocatória das reuniões ordinárias os assuntos que para esse fim lhe forem indicados por qualquer membro, desde que sejam da competência do órgão e o pedido seja apresentado por escrito com uma antecedência mínima de cinco dias úteis sobre a data da reunião.
15. Só podem ser objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem de trabalhos do dia da reunião, salvo se, tratando-se de reunião ordinária, pelo menos dois terços dos membros, reconhecerem a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos, devendo o presidente solicitar a anuência do órgão para inclusão dos assuntos no início da reunião.
16. As deliberações do Conselho Pedagógico adquirem eficácia depois de aprovadas as respetivas atas ou minutas das mesmas de onde conste a deliberação aprovada.
17. A circulação de documentos entre os membros do Conselho Pedagógico será efetuada preferencialmente por via eletrónica ou por depósito para consulta em local próprio.

18. Caso a ordem de trabalhos o justifique e, dependendo das matérias a deliberar, o presidente do Conselho Pedagógico pode convidar a participar nas suas reuniões, sem direito a voto, personalidades externas ao Conselho Pedagógico.
19. Em todos os assuntos da sua competência, o Conselho Pedagógico pode solicitar pareceres a outros órgãos da escola e às subunidades orgânicas, bem como a entidades externas e a qualificados especialistas.
20. Em caso de indisponibilidade para comparecer na reunião, não é permitido aos vogais do Conselho Pedagógico designarem um representante para participar nessa sessão.

Artigo 13º

Elaboração e aprovação de atas

1. De cada reunião será lavrada ata, que conterà um resumo de tudo o que nela tiver ocorrido, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes, os assuntos apreciados, o teor das deliberações tomadas e a forma e o resultado das respetivas votações, incluindo eventuais declarações de voto que os seus membros pretendam anexar.
2. Os membros têm ainda o direito de requerer a transcrição integral na respetiva ata das suas intervenções, desde que entreguem versão escrita após a respetiva leitura, ainda no decorrer da reunião em que a sua intervenção foi efetuada.
3. A ata de cada reunião é lavrada pelo secretário e enviada a acompanhar a convocatória da reunião subsequente, para o efeito de nela ser apreciada e aprovada.
4. Nos casos em que o Conselho Pedagógico assim o delibere, a ata será aprovada, em minuta, logo na reunião a que disser respeito.
5. Uma vez aprovada, a ata será assinada pelo presidente e pelo secretário.
6. As deliberações só adquirem eficácia depois de aprovadas as atas ou depois de assinadas as minutas.

Artigo 14º

Divulgação do conteúdo das reuniões e das deliberações

1. Após as reuniões, o presidente assegurará a divulgação de nota informativa da reunião à comunidade universitária da Escola de Medicina, na qual se indicam, de forma sucinta, o objeto da reunião e as suas deliberações.
2. As atas das reuniões do Conselho Pedagógico, após a sua aprovação, e demais documentos que a ela fiquem apensos, podem ser consultados por qualquer membro da Escola, nos termos legais, sendo disponibilizadas em repositório eletrónico ou depositadas nos locais próprios.
3. As atas que tenham sido classificadas como "Reservadas", bem como os documentos que a elas fiquem apensos, só poderão ser consultados após solicitação expressa dirigida ao presidente, instruída com os documentos probatórios do interesse legítimo invocado, de acordo com o estabelecido na lei.

Artigo 15º

Revisão, alteração e casos omissos

1. O presente regulamento deve ser objeto de revisão após alteração legal ou estatutária que o implique.
2. O presente regulamento pode ser alterado, por iniciativa do presidente ou sob proposta de, pelo menos, um terço dos seus membros.
3. As alterações ao regulamento serão aprovadas por maioria qualificada de dois terços dos seus membros.
4. Os casos omissos, ou que suscitem dúvidas, são resolvidos por deliberação do Conselho Pedagógico.

Artigo 16º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua homologação pelo Reitor, e conseqüente publicação